

TRANSFERÊNCIA E CONVERSÃO DE TECNOLOGIAS PROTEGIDAS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Silmar Alves De Oliveira¹.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RS/24

RESUMO

Introdução: Instituições públicas federais de ensino superior acumulam tecnologias protegidas por propriedade intelectual, porém parte do portfólio não avança para licenciamento, negociação ou criação de spin-offs acadêmicas. A literatura sobre transferência tecnológica universitária prioriza contratos, propriedade intelectual e escritórios especializados, mas ainda explica de modo limitado a etapa anterior à formalização contratual. Nessa etapa, a tecnologia precisa ganhar reconhecimento externo, enquadramento econômico preliminar e encaminhamento administrativo. **Objetivo:** Examinar como a prontidão pré-transferência contribui para interpretar a conversão desigual de tecnologias protegidas em rotas de licenciamento ou spin-offs acadêmicas em instituições públicas federais de ensino superior. **Metodologia:** A pesquisa adota desenho qualitativo exploratório, articulando evidência perceptiva obtida junto a docentes inventores vinculados a patentes concedidas em uma universidade pública federal focal e dados institucionais agregados de escritórios de transferência tecnológica vinculados a universidades federais brasileiras. A análise compara os níveis micro e meso por contraste interpretativo, sem teste causal ou generalização estatística. **Resultados:** No nível micro, os docentes indicaram maturidade técnica relativamente avançada e motivação empreendedora declarada, mas também relataram barreiras ocupacionais, jurídicas, mercadológicas, financeiras e organizacionais. A disposição para apoiar o escritório de transferência tecnológica superou a disposição para participação societária direta, enquanto o suporte preliminar de mercado e modelo de negócio ampliou a motivação declarada em parte dos casos válidos. No nível meso, os dados indicaram assimetria entre estoque protegido e licenciamento, baixa frequência de patentes em negociação e presença restrita de spin-offs acadêmicas como destino contratual reportado. **Considerações finais:** Os achados indicam que a distância entre proteção formal e exploração externa decorre menos da patente isolada e mais da capacidade administrativa de coordenar informações, reduzir incertezas e preparar alternativas antes da definição contratual.

PALAVRAS-CHAVE: Licenciamento tecnológico. Capacidade administrativa. Spin-offs acadêmicas.